



**A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL EM BRAILLE NO ÂMBITO  
EDUCACIONAL**  
**THE IMPORTANCE OF THE PROFESSIONAL IN BRAILLE IN THE  
EDUCATIONAL FIELD**

PINHEIRO, Ana Lúcia Lucio<sup>1</sup>  
SILVA, André Ribeiro da<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo geral analisar o papel do Profissional em Braille no âmbito educacional. Já os objetivos específicos foram estabelecidos em: desenvolver um breve relato histórico do Braille e conhecer os direitos das pessoas com deficiência. A metodologia se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, a partir dos textos julgados pertinentes para o tema, onde foi realizado a leitura, análise e interpretação para estabelecer uma visão do objeto de estudo e está vinculado à acepção do método indutivo, com abordagem de cunho qualitativo, quanto aos fins desta pesquisa, é do tipo exploratória. Vale ressaltar que o campo educacional deve promover ações que eliminem as barreiras que impedem o acesso à informação e à geração de conhecimento. Para isso é necessário que façam um planejamento para adequar e atender os diversos usuários, inclusive para as pessoas com deficiência visual. Tornando assim, um ambiente informacional acessível a todos.

**Palavras-chave:** Profissional em Braille. Acessibilidade. Deficiência visual. Braille. Educação.

**ABSTRACT**

This article aims to analyze the role of the Professional in Braille in the educational sphere. The specific objectives were established in: developing a brief historical account of Braille and knowing the rights of people with disabilities. The methodology is characterized as a bibliographic research, based on texts deemed pertinent to the topic, where reading, analysis and interpretation were carried out to establish a vision of the object of study and is linked to the meaning of the inductive method, with a qualitative approach, as for the purposes of this research, it is exploratory. It is noteworthy that the educational field must promote actions that eliminate the barriers that prevent access to information and the generation of knowledge. For this, it is necessary that they make a plan to adapt

---

<sup>1</sup> Mestra e graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri – UFCA.  
E-mail: ana-lucia-lucio@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília. E-mail: andreribeiro@unb.br

and serve the various users, including people with visual impairments. Thus, making an informational environment accessible to everyone.

**Keywords:** Professional in Braille. Accessibility. Visual impairment. Braille. Education.

## 1. INTRODUÇÃO

O campo educacional se apresenta como espaço de inclusão informacional e social, é partir do acesso à informação ofertada, que o usuário pode adquirir conhecimento, sendo assim incluso na sociedade. Entretanto, se faz necessário que a informação seja acessível para todos, inclusive para as pessoas com deficiência visual.

Ao se abordar a educação da pessoa com deficiência visual, é fundamental conhecer as ferramentas e adaptações utilizadas e, especialmente, as pessoas que integram este ambiente. Dessa forma, torna-se cada vez mais importante compreender o papel do Profissional em Braille, pois suas atividades estão relacionadas com a inserção das pessoas com deficiência visual na sociedade.

Diante disso, surge o seguinte questionamento: Quais contribuições o Profissional em Braille pode oferecer para área da educação?

Nessa perspectiva, foi estabelecido o **objetivo geral**: analisar o papel do Profissional em Braille no âmbito educacional. E os **objetivos específicos** foram determinados em: desenvolver um breve relato histórico do Braille e conhecer os direitos das pessoas com deficiência.

O presente trabalho justifica-se a partir das seguintes concepções:

- a) Profissional, pois além de incentivar novas pesquisas, irá beneficiar os profissionais que trabalham nessa área, com conhecimento especializado;
- b) Social, posto que envolve toda a comunidade a participar e ajudar socialmente com as atividades voltada para essa temática.

A seguir, o percurso metodológico, nessa seção foi exposta a caracterização da pesquisa, como também, o instrumento e coleta dos dados.

## 2. DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual acontece quando a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, já a baixa visão ocorre quando a acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004).

A deficiência visual se divide em dois grupos: pessoas com baixa visão e pessoas com cegueira. Cegueira é o termo utilizado para perda total da visão. No enfoque educacional, cego é aquele que não utiliza a visão para a aprendizagem e que necessita de sistemas Braille ou sistemas que verbalizam textos em computadores. Já a baixa visão ou visão subnormal é o termo utilizado para a pessoa que tem sua função visual comprometida, mas que usa ou é potencialmente capaz de usar a visão para executar tarefas. Sob o enfoque educacional, o escolar com baixa visão é aquele que apresenta resíduo visual que lhe permite ler impressos com o auxílio de recursos didáticos e equipamentos especiais (FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS, [2021]).

Caminho nessa direção, é importante elencar as principais causas da deficiência visual, no qual para Mulser (2011) considera-se que nos países em desenvolvimento, suas principais causas são infecciosas, nutricionais, traumáticas e por causas de doenças como catarata. Já nos países desenvolvimento suas principais causas são genéticas e degenerativas. Podendo ser dívidas também em congênitas ou adquiridas. As causas congênitas são ocasionadas por: amaurose congênita de Leber, malformações oculares, glaucoma congênito, catarata congênita. E as causas adquiridas são provocadas por: traumas oculares, catarata, degeneração senil de mácula, glaucoma, alterações retinianas relacionadas à hipertensão arterial ou diabetes.

O Ministério da Educação (2000, p. 09, grifo do autor) elencam as causas mais frequentes de cegueira e visão subnormal:

**Retinopatia da prematuridade** causada pela imaturidade da retina, em decorrência de parto prematuro ou de excesso de oxigênio na

incubadora. **Catarata congênita** em consequência de rubéola ou de outras infecções na gestação. **Glaucoma congênito** que pode ser hereditário ou causado por infecções. Atrofia óptica. **Degenerações retinianas e alterações visuais corticais**. A cegueira e a visão subnormal podem também resultar de doenças como diabetes, descolamento de retina ou traumatismos oculares.

Já Mulser (2011, p. 03) apresenta algumas características da deficiente visual que pode ser identificadas:

Alguns sinais característicos da presença da deficiência visual na criança são desvio de um dos olhos, não seguimento visual de objetos, não reconhecimento visual de familiares, baixa aproveitamento escolar, atraso de desenvolvimento. No adulto, pode ser o borramento súbito ou paulatino da visão. Em ambos os casos, são vermelhidão, mancha branca nos olhos, dor, lacrimejamento, flashes, retração do campo de visão que pode provocar esbarrões e tropeços em móveis. Irritações crônicas nos olhos, indicadas por olhos lacrimejantes, pálpebras avermelhadas, inchadas ou remelosas, náuseas, dupla visão ou névoas durante ou após a leitura. Esfregar os olhos, franzir ou contrair o rosto quando se olham objetos distantes, excessiva cautela no andar, correr raramente e tropeçar sem razão aparente, desatenção anormal durante realização de trabalhos escolares, queixas de enevoamento visual e tentativas de afastar com as mãos os impedimentos visuais, inquietação ou nervosismo excessivo depois de um prolongado e atento trabalho visual, pestanejar excessivamente, sobretudo durante a leitura., segurar habitualmente o livro muito perto, muito distante ou em outra posição enquanto se lê, inclinar a cabeça para um lado durante a leitura, capacidade de leitura por apenas um período curto de cada vez, fechar ou tampar um olho durante a leitura. Em todos os casos, deve ser realizada avaliação oftalmológica para diagnóstico do processo e possíveis tratamentos, em caráter de urgência.

Assim, é importante ressaltar, que os pais devem ficar atentos aos filhos, para caso ocorra a presença de algum desses sinais apresentados anteriormente, fazer uma consulta no oftalmologista, para os possíveis tratamentos. É relevante abordar ainda, que o cuidado com a saúde oftalmológica começa durante o pré-natal, onde é possível detectar doença na mãe que podem causar cegueira no feto. Além disso, é fundamental fazer consulta no oftalmologista anualmente.

## 2.1 SISTEMA BRAILLE

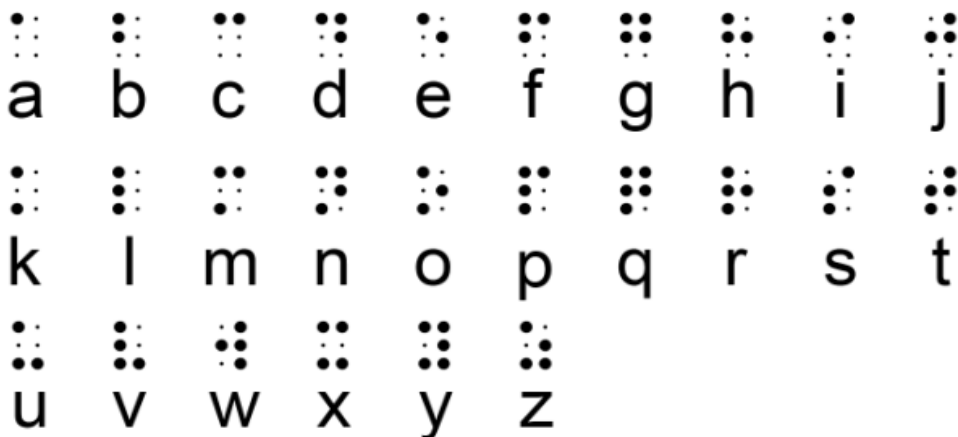
O Braille é um sistema de escrita em relevo, composto por um conjunto de seis pontos, disposto em duas colunas de três pontos cada. A numeração dos pontos é de cima para baixo, da esquerda para a direita. Tais pontos forma letras, números e sinais de pontuação. A seguir, na figura 1, numeração dos pontos, e em seguida, na figura 2, o alfabeto em Braille.

Figura 1 – Numeração dos pontos



Fonte: Brasil (2018, p. 108).

Figura 2 – Alfabeto em Braille



Fonte: Projeto acesso ([2013]).

O sistema Braille foi criado pelo um jovem cego, chamado Louis Braille, estudante do Instituto Nacional para Jovens Cegos, localizado em Paris. Nesse instituto possuía um método de alfabetização para os alunos cegos, onde usava-se impressão de letras em alto relevo, que podia ser lida com os dedos, criado por Valentin Haüy. Porém, este sistema era complexo e muitos dos estudantes cegos tinham dificuldade em adaptar com ele (MUNDO EDUCAÇÃO, [20--]).

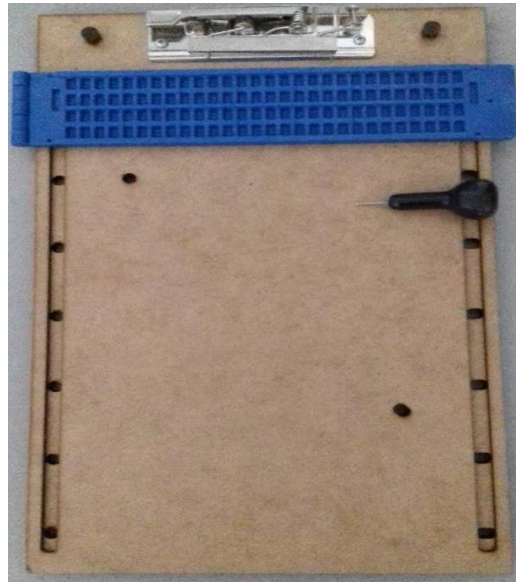
Em 1821, Louis Braille conheceu Charles Barbier de La Serre, um oficial francês que foi à escola em que Braille estudava para apresentar um código que ele havia desenvolvido no exército francês. O sistema fundado por Barbier foi um pedido de Napoleão Bonaparte para que os soldados franceses pudessem ler no escuro. Porém, o sistema não consolidou no exército francês pois os soldados o achavam muito difícil, já que utilizava uma grande quantidade de sinais e tinha uma decifração muito lenta. No entanto, após conhecer o método de Barbier, Louis Braille aos 12 anos de idade, dedicou os anos seguintes de sua vida a estudá-lo e, em 1824, quando tinha 15 anos, apresentou um método alternativo e foi assim que surgiu o Braille (MUNDO EDUCAÇÃO, [20--]).

O Braille foi oficialmente inserido no Brasil em 1854. Isso resultou do esforço de José Álvares de Azevedo, um cego que aprendeu o Braille na França e retornou para o Brasil disposto a introduzir este sistema. Em 1850, Azevedo conseguiu uma autorização do imperador D. Pedro II, para fundar uma escola para cegos. E em 1854, foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente conhecido como Instituto Benjamin Constant, no entanto, José Álvares de Azevedo, o primeiro professor cego do Brasil, já tinha falecido, vítima de tuberculose. O sistema Braille é até hoje usado no Brasil, apesar de que foi feito algumas atualizações para adaptá-lo à realidade da língua portuguesa (MUNDO EDUCAÇÃO, [20--]).

Caminhando nessa direção, é importante apresentar o caderno para a escrita em Braille, no qual é composto por reglete, punção e prancheta. Reglete é uma régua que contém celas, onde cada celas tem seis pontos. Para que seja feita a escrita é necessária uma folha na prancheta, como também de uma

punção, no qual corresponde uma caneta. Na Figura 3, é apresentado o caderno para de escrita em Braille:

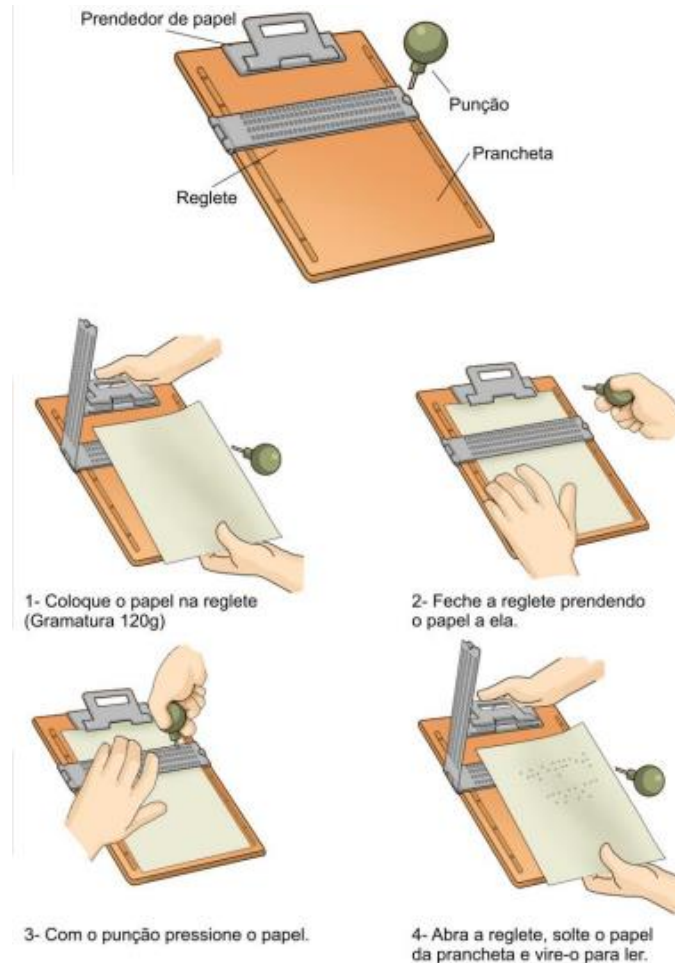
Figura 3 – Caderno de escrita em Braille



Fonte: A autora (2021).

Já a escrita pelo reglete é realizada da direita para a esquerda, isso porque as palavras são lidas pelo relevo que é formado ao se afundar da punção no papel. Para que seja feita a leitura é necessário virar o papel para que o relevo fique na superfície. A seguir, na Figura 4, como utilizar o caderno em Braille.

Figura 4 – Passo-a-passo de como utilizar o caderno de escrita em Braille



Fonte: Tecnologia e Ciência educacional – TECE ([20--] p. 02).

A escrita Braille pode ser feita também, através da máquina Perkins, na qual é constituída por seis teclas, cada uma correspondendo a um ponto da Cella Braille, além disso, possui uma barra de espaço e duas teclas, uma de retrocesso e outra de avanço de linha, como mostra na figura 5:

Figura 5 - Máquina Perkins



Fonte: Departamento de apoio à inclusão – DAIN ([20--]).

Visto anteriormente, o alfabeto em Braille, é importante ressaltar que além dos símbolos literais que existe, o Braille possui também símbolos que representam gráficos, aspectos musicais, matemáticos, químicos, físicos, informáticos e fonéticos.

### **3. DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Nesta seção é fundamental apresentar as leis de acessibilidade, mas antes é necessário refletir sobre as políticas públicas, na qual tem o poder de influência a comunidade local.

Segundo Ferreira (2006) políticas públicas é uma estratégia que auxilia nas mudanças sociais e que tem como princípio a igualdade social, logo é um processo dinâmico permanente.

Já Rua (2012) ressalta que as políticas públicas são resultados da atividade política e consiste na solução de conflitos, sendo indispensável para tomada de decisões.

De acordo com o Ministério da Cultura (2009) as políticas públicas são um conjunto de ações direcionadas para assegurar os direitos sociais, que visa determinada demanda. Tal política contém um ciclo de atividades: formação de agenda, formulação, tomada de decisões, implementação, monitoramento e avaliação.

Desse modo, podemos definir as políticas públicas como ações e programas implantados pelo governo, onde é realizado a partir de uma análise dos problemas sociais e as necessidades de mudanças, tais ações e programas influenciam na vida de cada indivíduo. A seguir, no Quadro 1, um resumo das ações do governo no que diz respeito a inclusão e acessibilidade para as pessoas com deficiência visual:

Quadro 1- Políticas Públicas de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência visual

<b>AÇÕES</b>	<b>DESCRIÇÕES</b>
Lei nº 4.169/1962	Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o código de contrações e abreviaturas Braille.
Lei nº 7.853/1989	Assegura a integração das pessoas com deficiência nas seguintes áreas: educação, saúde, formação profissional e do trabalho, recursos humanos, e edificações.
Lei nº 8.069/1990	Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Onde assegura as crianças e os adolescentes com deficiência sejam atendidos, sem discriminação ou segregação.
Lei nº 8.899/1994	Concede passe livre as pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
Decreto nº 3.298/1999	Garante os direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências.
Decreto nº 3.691/2000	Regulamenta a Lei no 8.899/1994, que dispõe sobre o transporte de pessoa com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
Lei nº 10.048/2000	Assegura o atendimento prioritário para pessoas com deficiência.
Lei nº 10.753/2003	Institui a Política Nacional do Livro, no qual assegura as pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.
Decreto nº 5.296/2004	Regulamenta a Lei nº 10.048/2000 e a Lei nº 10.092/2000, apresentando normas para eliminar as barreiras que impede o acesso a informação e comunicação. O decreto

	apresenta também, normas de acessibilidade no transporte coletivo.
Lei nº 11.126/2005	Dispõe sobre o direito de pessoas com deficiência visual de ingressar em ambientes acompanhado de cão-guia.
Lei nº 11.133/2005	Declara o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, instituído para ser celebrado no dia 21 de setembro.
Decreto nº 5.904/2006	Regulamenta a Lei nº 11.126/ 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.
Portaria MEC nº 976/2006	Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme decreto 5296/ 2004.
Decreto nº 6.949/2009	Trata da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
Lei nº 13.146/2015	Assegura as pessoas com deficiências a terem atendimento prioritário, direito à vida, direito à habitação e à reabilitação, direito à saúde, direito à educação, direito à moradia, direito ao trabalho, direito à assistência social, direito à previdência social, direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, direito ao transporte e à mobilidade.
Lei nº 14.126/2021	Classifica a visão monocular como deficiência visual.

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Nota-se que o governo pode trazer melhorias para a comunidade, como também soluções de problemas sociais. Compreende-se dessa forma que cabe ao governo definir e implementar Políticas Públicas. Sendo assim, os governantes devem implantar políticas públicas que tragam benefícios para toda sociedade, inclusive para as pessoas com deficiência.

#### 4. PROFISSIONAL EM BRAILLE

A informação é de suma importância para o desenvolvimento de uma sociedade, pois é a partir do acesso à informação, o indivíduo pode adquirir conhecimento e conseqüentemente gerando novas contribuições para a comunidade.

Caminhando nessa direção, Brito (2010, p. 10) apresenta que:

O ato da leitura é muito mais do que simplesmente ler um artigo de revista, um livro, um jornal. Ler se tornou uma necessidade, é participar ativamente de uma sociedade, desenvolver a capacidade verbal, descobrir o universo através das palavras, além do fato que ao final de cada leitura nos enriquecemos com novas ideias, experiências. Através de um livro, milhares de crianças podem descobrir um universo de aventuras, um mundo só seu, repleto de magia que é concedido nas páginas de um livro. A leitura é uma atividade prazerosa e poderosa, pois desenvolve uma enorme capacidade de criar, traz conhecimentos, promovendo uma nova visão do mundo. O leitor estabelece uma relação dinâmica entre a fantasia, encontrada nos universos dos livros e a realidade encontrada em seu meio social.

Considerando a importância da leitura para a formação de um indivíduo, é essencial que a informação esteja acessível para todos. No que diz respeito as pessoas com deficiência visual, Menezes e Franklin (2008, p. 60) abordar que:

As pessoas com deficiências visuais durante muito tempo, foram marginalizadas e excluídas social e digitalmente. Hoje, interagem com comunidades diversas de forma dinâmica e consistente, graças ao uso das tecnologias da informação e do conhecimento. Beneficiam-se de recursos informacionais, como a impressora Braille, o audiolivro, o livro falado, celulares, recursos que contribuem para seu desenvolvimento social e intelectual. Inclusão social, para um cidadão, significa estar incluído nas atividades socioeconômicas de seu país, ter desenvolvimento educacional, acesso às novas tecnologias da informação e do conhecimento, para uma ação participativa junto à sua comunidade.

A escrita em Braille é um dos meios de leitura para pessoas com deficiência visual, sendo essencial para inclusão informacional desses usuários e, podendo abrir novos caminhos para o conhecimento.

La Torre (2014) acredita que os leitores em Braille enfrentam dificuldades pela falta de livros adaptados, e que essa comunidade leitora está

fortemente ligada à oralidade, porém, não existe um levantamento oficial de quantas pessoas com deficiência visual utilizam o sistema Braille.

Desse modo, percebe-se a importância do Profissional em Braille. No que se refere ao campo educacional, este profissional contribui com o acesso à informação, criando condições de autonomia e inclusão e, possibilitando o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas com deficiência visual.

No âmbito escolar, o profissional em Braille pode dar suporte aos professores, transcrevendo as matérias educacionais, as provas e ajudando na interpretação das respostas dos alunos. Vale apontar que a escola é um espaço educativo e tem a função de transmitir a informação e conseqüentemente a geração do conhecimento. Logo, é necessário que este ambiente seja um espaço acessível para todos.

Já no campo editorial, o editor e revisor em Braille, pode contribuir com a criação de obras em Braille e produção de textos informativos, fornecendo assim, informações e, acesso as obras literárias de forma mais inclusiva, além de possibilitar a aquisição de conhecimento.

Nota-se assim, a importância do Profissional em Braille no âmbito educacional, sendo essencial nessa área. Portanto, é necessário que este Profissional esteja nesse campo, contribuindo com o acesso a informação para as pessoas com deficiência visual.

#### **4 PERCURSO METODOLÓGICO**

No que se refere aos procedimentos lógicos, a pesquisa está vinculada à aceção do método indutivo. De acordo com Gil (2008) o método indutivo parte do particular para a generalização alicerçado nos dados obtidos particularmente. A partir das observações de fatos e fenômenos que deseja conhecer, por seguinte busca-se comparar com o propósito de descobrir a relação existente entre eles e finalmente efetua a generalização com base nas relações verificadas entre fatos e fenômenos.

A natureza dos dados foi elaborada pela abordagem qualitativa. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70):

[...] a utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto.

O instrumento de coleta de dados escolhido para a pesquisa foi baseado em uma pesquisa exploratória relacionada à acessibilidade. Para Gil (2008, p. 27) esta pesquisa tem como principal finalidade:

[...] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

Para alcançar o objetivo deste estudo foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico, conforme Gil (2002), esta pesquisa desenvolve-se com base de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. A partir dos textos julgados pertinentes para o tema, foi realizada a leitura, análise e interpretação para estabelecer uma visão do objeto de estudo. O referencial teórico caminhou no sentido de abordar diversas fontes e ideias de vários autores que discorreram sobre essa temática.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou como objetivo geral, analisar o papel do Profissional em Braille no âmbito educacional. Já os objetivos específicos foram estabelecidos em: desenvolver um breve relato histórico do Braille e conhecer os direitos das pessoas com deficiência. Verifica-se que todos os objetivos foram alcançados, apesar disso, algumas considerações se fazem necessárias.

Nota-se que a informação desempenha um papel fundamental, uma vez que proporciona a geração de conhecimento, contribuindo assim, para o

desenvolvimento de uma sociedade, diante disso, é necessário a inclusão informacional para todos, inclusive para as pessoas com deficiência visual.

É importante salientar que a área educação deve promover ações que eliminem as barreiras que impedem o acesso à informação e à geração de conhecimento. Para isso é necessário que este campo faça um planejamento para atender a todos, tornando assim um ambiente acessível.

Ao abordar a acessibilidade das pessoas com deficiência visual, é necessário que o Profissional em Braille esteja no campo educacional, pois suas atividades estão relacionadas com a inserção dessas pessoas na sociedade, contribuindo assim, com o acesso à informação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5296**, de 2 de dezembro de 2004. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. **Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille**. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2018. 120 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/192-secretarias-112877938/seesp-esducacao-especial-2091755988/12671-normas-tecnicas-para-a-producao-de-textos-em-braille>. Acesso em: 30 dez. 2021.

BRITO, Danielle Santos de. A importância da leitura na formação social do indivíduo. **Revela**: Periódico de Divulgação Científica da FALS, São Paulo, v 4, n.8, p.02-35, jun. 2010. Disponível em: [http://www.fals.com.br/revela12/Artigo4\\_ed08.pdf](http://www.fals.com.br/revela12/Artigo4_ed08.pdf). Acesso em: 05 jan. 2022.

DEPARTAMENTO DE APOIO À INCLUSÃO - DAIN. **Ajudas técnicas**. [20--]. Disponível em: <https://www.uern.br/graduacao/dain/ajuda.html>. Acesso em: 05 nov. 2022.

FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS. **A deficiência visual**. Disponível em: <https://www.fcm.unicamp.br/fcm/auxilios-opticos/deficiencia-visual>. Acesso em: 29 dez. 2021.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão?. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p.113-122, maio/ago. 2006. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862006000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 03 jan. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

LA TORRE, Diana Gutiérrez de. **O livro além do Braille**: aspectos relativos à edição e produção. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-20012015-101252/publico/DIANAGUTIERREZDELATORREVC.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

MENEZES, Nelijane Campos; FRANKLIN, Sérgio. Audiolivro: uma importante contribuição tecnológica para os deficientes visuais. **Ponto de Acesso**, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2008. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/5278>. Acesso em: 05 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura: Conceitos, participação e expectativas**. Disponível em: [http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/05/03\\_plano\\_nacional\\_de\\_cultura.pdf](http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/05/03_plano_nacional_de_cultura.pdf). Acesso em: 03 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Deficiência visual**. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.

MULSER, José. **Tipos e causas de deficiência visual**. 2011. Disponível em: <http://www.portaldaoftalmologia.com.br/noticias/593-tipos-e-causas-de-deficiencia-visual>. Acesso em: 29 dez. 2021.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Braille**. [20--]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/curiosidades/braille.htm>. Acesso em: 30 dez. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p.

PROJETO ACESSO (Brasil). **Braille**. [2013]. Disponível em: <http://www.projetoacesso.org.br/site/index.php/deficiencia-visual-conceituacao/braille?font-%20size=larger>. Acesso em: 28 dez. 2021.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, 2012. 128 p. Disponível em:

<https://pt.slideshare.net/carlospolicarpo/6-politicas-publicas-16048335>. Acesso em: 03 jan. 2022.

TECNOLOGIA E CIÊNCIA EDUCACIONAL – TECE (São Paulo). **Manuais de produtos**. [20--]. Disponível em: <http://www.tece.com.br/produtos.php>. Acesso em: 28 dez. 2021.